



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS III – GUARABIRA  
CENTRO DE HUMANIDADES OSMAR DE AQUINO  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

**WELLSON DAVID DIAS FERREIRA**

**GEOGRAFIA POLÍTICA DE ARARUNA/PB E SUA FRAGMENTAÇÃO  
TERRITORIAL DE 1870 A 1990**

**GUARABIRA/PB  
2023**

**WELLSON DAVID DIAS FERREIRA**

**GEOGRAFIA POLÍTICA DE ARARUNA/PB E SUA FRAGMENTAÇÃO  
TERRITORIAL DE 1870 A 1990**

Trabalho de Conclusão de Curso,  
(Monografia) apresentado ao Curso de  
Licenciatura Plena em Geografia da  
Universidade Estadual da Paraíba, como  
requisito parcial à obtenção do título de  
Licenciado em Geografia.

**Linha de pesquisa:** Poder local e organização  
do espaço.

**Orientador:** Prof. Dr. Luiz Arthur Pereira Saraiva

**GUARABIRA/PB  
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

F383g Ferreira, Wellson David Dias.  
Geografia política de Araruna/PB e sua fragmentação territorial de 1870 a 1990 [manuscrito] / Wellson David Dias Ferreira. - 2023.  
47 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2023.

"Orientação : Prof. Dr. Luiz Arthur Pereira Saraiva, Departamento de Geografia - CH. "

1. Fragmentação territorial. 2. Poder político. 3. Emancipação. 4. Araruna/PB. I. Título

21. ed. CDD 910

**WELLSON DAVID DIAS FERREIRA**

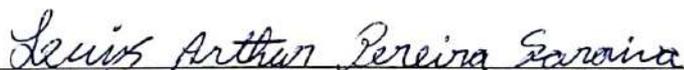
**GEOGRAFIA POLÍTICA DE ARARUNA/PB E SUA FRAGMENTAÇÃO  
TERRITORIAL DE 1870 A 1990**

Trabalho de Conclusão de Curso, monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciando em Geografia.

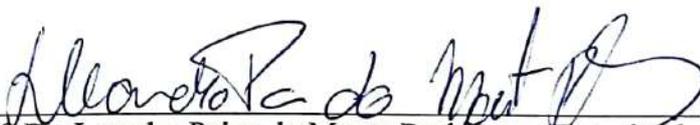
**Linha de pesquisa:** Poder local e organização do espaço.

Aprovada em: 29/11/2023.

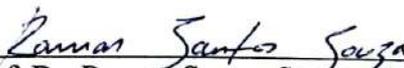
**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Dr. Luiz Arthur Pereira Saraiva (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues (Examinador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Ramon Santos Souza (Examinador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Primeiramente, ao meu Deus, por ser essencial em minha vida, autor do meu destino, meu guia, socorro presente na hora da angústia, ao meu pai Edmilson, minha mãe Jocimere e aos meus irmãos, vos DEDICO.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero expressar minha profunda gratidão a Deus, que esteve ao meu lado durante toda essa jornada. Ele me deu força, ânimo e coragem para enfrentar os desafios mais difíceis e me ensinou valiosas lições de resiliência, paz, esperança, dedicação e, acima de tudo, há sempre manter minha fé inabalável. Ao meu Deus, que me acompanhou e me sustentou nos momentos mais complicados e nos momentos de mais alegria. Te louvo, Senhor, pois tu és a minha esperança e o meu guia, aquele que me dá o suporte necessário para seguir adiante, sempre firme e forte na caminhada, na qual preparastes para minha vida. Agradeço de todo o meu coração, meu Pai, por me conduzir até aqui e por me mostrar que tudo tem o seu tempo determinado, e há tempo para todo o propósito debaixo do céu. Obrigado por esta dádiva e pela felicidade que tanto esperei e desejei.

Não posso deixar de irradiar meu imenso amor e gratidão aos meus pais, Edmilson e Jocimere, que sempre estiveram ao meu lado apoiando-me incondicionalmente e fornecendo todo o suporte necessário para que eu continuasse nessa caminhada. Meus queridos pais, vocês são a fonte inesgotável de amor, paciência e sabedoria. Agradeço por serem meus pilares e me guiarem pelos caminhos certos, mesmo quando eu não sabia para onde ir. Minha jornada não teria sido possível sem a orientação e incentivo de vocês. Obrigado por me apoiarem em cada decisão e me ajudarem a crescer em cada passo. Vocês são minha inspiração e motivação constante.

Aos meus queridos irmãos, Eliseu e Rebecca, minha profunda gratidão pela amizade e atenção que me dedicaram nos momentos em que mais precisei. O companheirismo de vocês tem sido inestimável. Agradeço por me tolerar, por compartilharem amor, e por estarem sempre presentes em minha vida. Tenho um amor imenso por vocês e quero que saibam que todas as minhas considerações e meus sentimentos mais amáveis sempre incluíram vocês. Sinto-me verdadeiramente abençoado por Deus, por ter a companhia de vocês e dos nossos pais todos os dias em minha vida.

A minha sincera gratidão ao meu orientador e professor Luiz Arthur, por seu comprometimento, orientação e apoio ao longo deste trabalho. Seu profissionalismo, paciência e dedicação na construção de conhecimentos fizeram toda a diferença. Agradeço pelas orientações precisas, feedback construtivos e por sempre estar disponível para esclarecer minhas dúvidas e incentivar meu crescimento. Obrigado por ser um mentor excepcional e por acreditar em meu potencial.

Aos meus queridos amigos e companheiros que a UEPB me presenteou, em especial, José Ricardo, Lucas, Mikael e Weverton. Durante nossa jornada juntos, vocês se tornaram mais do que apenas colegas, tornaram-se amigos que enriqueceram minha vida de maneiras incontáveis. Obrigado por compartilharem comigo risadas, desafios e momentos inesquecíveis ao longo desta jornada acadêmica. A amizade e todo o apoio de vocês foram fundamentais para enfrentarmos juntos os obstáculos e alcançarmos nossos objetivos. Sei que esta etapa é apenas o começo de nossas vidas, e estou empolgado por ver para onde nossos caminhos nos levarão. A vocês, meus amigos de turma, dedico minha imensa gratidão e amizade contínua, pois sei que nossa ligação vai além das salas de aula. Obrigado por fazerem desta experiência uma memória especial que levarei comigo para sempre.

Não poderia deixar de agradecer a professora Juliana e a família GPSEG, por todo apoio, incentivo, construção de conhecimentos, humildade, lealdade, oportunidades e amor, que sempre se fez presente em nossos encontros realizados, sempre na busca de discutir uma educação emancipadora, ressignificadora e inclusiva. A família GPSEG não apenas constrói conhecimento, mas também inspiram e nós fortalecem na caminhada docente. A dedicação de vocês é evidência de um amor verdadeiro pelo aprendizado e pelos processos da vida docente. Dessa forma, todo meu respeito e admiração, por todos que compõe essa família, em especial a propulsora dela, a você professora Juliana, meu sincero agradecimento por tornar essa jornada tão valiosa e significativa. Obrigado.

A todos os meus queridos professores, que desempenharam um papel imensurável na minha jornada de formação, quero expressar minha mais profunda gratidão. Vocês não apenas me ensinaram Geografia, mas também moldaram minha capacidade de pensar de maneira crítica. Cada um de vocês compartilhou suas valiosas experiências de vida, abrindo meus horizontes e enriquecendo minha compreensão do mundo. Portanto, quero expressar minha gratidão por me transformarem em alguém que busca contribuir para a educação, especialmente no campo da Geografia. As lições que aprendi com vocês vão muito além dos livros didáticos, obrigado por investir em mim e por me motivarem a fazer o melhor em prol da educação e da Geografia.

Muito obrigado UEPB, por tudo o que me foi proporcionado e oportunizado. Estou orgulhoso de ter feito parte desta instituição e sempre levarei comigo as lições e experiências valiosas que obtive nela, em toda minha trajetória futura.

“Mesmo quando tudo parece desabar, cabe a mim decidir entre rir ou chorar, ir ou ficar, desistir ou lutar; porque descobri, no caminho incerto da vida, que o mais importante é o decidir”.

Cora Coralina

## **043 – LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

**TÍTULO:** GEOGRAFIA POLÍTICA DE ARARUNA/PB E SUA FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL DE 1870 A 1990

**LINHA DE PESQUISA:** Poder local e organização do espaço

**AUTOR:** Wellson David Dias Ferreira

**ORIENTADOR:** Prof. Dr. Luiz Arthur Pereira Saraiva

**BANCA EXAMINADORA:** Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues (UEPB);  
Prof. Dr. Ramon Santos Souza (UEPB)

### **RESUMO**

A relação entre política, poder e território é um tema de discussão significativa na Geografia. Essas interações são fundamentais na formação das sociedades, uma vez que diferentes grupos sociais têm interesses variados, às vezes conflitantes, resultando em disputas e divisões territoriais. O presente estudo se justifica ao analisar o processo de fragmentação do território do município de Araruna/PB. A pesquisa busca compreender o porquê e como ocorreu essa fragmentação ao longo do tempo. Para isso, tais escritos se concentram em identificar os interesses e objetivos de atores políticos relevantes que contribuíram para a reorganização do espaço territorial e do poder no município. Dessa forma, o trabalho tem por objetivo examinar a formação político-territorial de Araruna e sua respectiva fragmentação que originou outros municípios paraibanos como Cacimba de Dentro, Tacima e Riachão. O trabalho parte do método materialista histórico-dialético, sob uma perspectiva das transformações que ocorrem na natureza, no homem e também na sociedade no transcorrer da sua história, não considerando o mundo como um objeto fixo, pelo contrário, obtendo a visão de que tudo em sua volta se encontra em um processo contínuo de movimento e renovação. Metodologicamente, a pesquisa é de cunho qualitativo, com a presença de referencial teórico, investigação documental, a confecção de registros cartográficos e fotografias de indivíduos relevantes na (re)tomada de poder político e territorial do município de Araruna. A pesquisa visa lançar luz sobre os fatores políticos e sociais que moldaram a evolução do território de Araruna e o surgimento de novos municípios na região.

**Palavras-Chaves:** fragmentação territorial; poder político; emancipação; Araruna/PB.

## ABSTRACT

The correlation between politics, power and territory is a significant discussion topic in Geography. These interactions are fundamental in the formation of societies, since different social groups have diverse, and sometimes conflicting, interests, resulting in territorial disputes and divisions. This study is underpinned by the analysis of the fragmentation process in the territory of the municipality, Araruna/PB. The research sought to understand why and how this fragmentation took place over time. To this end, this research focuses on identifying the interests and objectives of relevant political actors who develop the reorganization of territorial space and the power in the municipality. Therefore, this work aims to examine the political-territorial formation of Araruna and its respective fragmentation, which originated other municipalities in Paraíba such as Cacimba de Dentro, Tacima and Riachão. This research is based on the historical-dialectical materialist method, from the perspective of the transformations that occur in nature, in mankind and in society throughout its history, not considering the world as a fixed object, but the opposite, viewing it as a space where everything is in a continuous process of movement and renewal. Methodologically, the research is qualitative, utilizing theoretical references, desk research, the creation of cartographic records and photographs of relevant individuals in the (re)taking of political power and territorial power in the municipality of Araruna. The research aims to shed light on the political and social factors that shaped the evolution of the Araruna territory and the emergence of new municipalities in the region.

**Keywords:** territorial fragmentation; political power; emancipation; Araruna/PB.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> – O antigo mercado público de Araruna .....	29
<b>Figura 2</b> – Primeiro momento de fragmentação territorial no município de Araruna/PB .....	33
<b>Figura 3</b> – Fotografia do líder político Targino Pereira da Costa Neto .....	35
<b>Figura 4</b> – Fotografia do líder político Benjamin Gomes Maranhão .....	35
<b>Figura 5</b> – Resultado das eleições para prefeito no município de Araruna referente ao ano de 1963 .....	36
<b>Figura 6</b> – Resultados das eleições para prefeito no município de Cacimba de Dentro/PB referente ao ano de 1964 .....	37
<b>Figura 7</b> – Segundo momento de fragmentação territorial no município de Araruna .....	38

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

GPSEG	Grupo de Pesquisa Saberes na Educação Geográfica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PDC	Partido Democrata Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SIRGAS	Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas
TRE-PB	Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba
UDN	União Democrática Nacional
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 1 – O EXERCÍCIO DA POLÍTICA E DO PODER SOBRE O TERRITÓRIO .....</b>	<b>16</b>
<b>1.1 Discutindo o conceito de território .....</b>	<b>18</b>
<b>1.2 A fragmentação territorial como agente do surgimento de novas organizações         espaciais .....</b>	<b>21</b>
<b>CAPÍTULO 2 – UMA ANÁLISE DAS DISPUTAS DE PODER E DA FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL NO MUNICÍPIO DE ARARUNA/PB .....</b>	<b>27</b>
<b>2.1 O emergir do poder político da família Targino no município de Araruna .....</b>	<b>27</b>
<b>2.2 Períodos das emancipações e dos processos de fragmentação territorial         ocorridos em Araruna .....</b>	<b>32</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>42</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>45</b>

## INTRODUÇÃO

A compreensão do território, enquanto resultado das relações sociais, propõe que seja considerado o conjunto de relações políticas que nele ocorrem, consequente das disputas dos agentes sociais, sendo estas relações dissonantes de poder. O território é, primordialmente, o conjunto de relações de poder espacializadas que se encontram presentes em todas as esferas da sociedade e são essenciais para percepção das suas próprias dinâmicas, podendo ser compreendidas como uma teia de conexões entre elementos em posições diferentes na sociedade.

Sendo assim, uma relação que se dá entre pessoas e instituições, uma força que permeia as relações sociais desde o início da coletividade humana, ou ainda, como a capacidade que certos indivíduos têm de influenciar a sociedade. Desse modo, o território compreende um espaço geográfico concreto, de propriedades materiais e imateriais, sendo estabelecido por fronteiras a partir das relações de poder e ditadas pelos movimentos da sociedade.

Em uma definição do território<sup>1</sup>, o Estado possui relevância, tendo em vista que legitima os poderes institucionais e estabelece limites jurídicos gerando repartições territoriais. É no território que os agentes estatais ganham forma, por intermédio de sua divisão política, vislumbrada através das fronteiras, que são formuladas por sistemas institucionais e por contextos internos específicos, que tem por finalidade realizar a sua organização, gestão e funcionalidade. Logo, onde consiste a política e sua vertente estatal, denota-se a união de forças exercidas sobre o Estado, referentes a busca de conseguir participar e influenciar no processo de divisão do poder, seja ocorrido através de Estados, seja sucedido no interior de um único Estado.

Nesta concepção, tal instituição social se evidencia como um ator relevante, uma vez que, mediante a execução de suas políticas, regula o território, influenciando a sua dinâmica e a caracterização dos lugares. Ademais, a realização de determinadas divisões e subdivisões territoriais, mediante a ordenação dos estados, municípios e outras configurações, não apenas constituem um dado institucional mas, também, um elemento ativo da concretização de um quadro de vida. Nesse sentido, a pesquisa se dedicará a tal dinâmica com um recorte focado nas divisões territoriais que englobam os municípios.

---

<sup>1</sup> De acordo com Souza (2006), o território não deve ser limitado apenas ao território de um Estado, mas deve ser compreendido de forma mais ampla, incluindo todos os espaços que são definidos e delimitados por relações de poder.

Nessa perspectiva, a teoria clássica da Geografia Política compreende os territórios como bases na assimilação do Estado-Nação, configurando-se como “entidades que se justapõem, contiguamente, mas não se superpõem, uma vez que para cada território nacional só há um Estado-Nação” (Souza, 2006, p. 94). É compreendido pelo autor que, do ponto de vista institucional, o território nacional se sobrepõe à atuação de outros poderes, em forma de subconjuntos e organizações. Exemplificando, para o estudo de caso brasileiro, existe a área de atuação do poder estadual e, dentro dela, do poder municipal, com uma sede urbana, zona rural e áreas distritais.

Para Castro (2005), uma configuração estatal constitui a grandeza dos fenômenos consequentes do universo decisivo institucional da política, pois possui bases relevantes como territorialmente centralizador, que influencia diretamente a organização do espaço e o cotidiano dos/as habitantes que nele residem. Essa importância institucional da política ocasiona o próprio espaço político, sendo ele restrito e legitimado por instituições políticas que através do exercício de seus controles, perpetram determinados limites, ocasionando impactos que denotam-se identificáveis e mensuráveis.

É relevante destacar que a influência do espaço político também envolve a dimensão institucional, evidenciada através da presença do governo, assim como as proporções existentes entre os conflitos de interesses, como instrumento da sociedade civil. Estes constituem um processo complexo de redes de poderes semelhantes e difusos, os quais disputam o poder de decisão, concordando ou discordando dos interesses de domínios institucionais e políticos.

Quando examinado o poder a partir de um parecer político, compreende-se em sua definição a habilidade de determinar algo para ser obedecido, desconsiderando o direito de julgar diferentes alternativas, que não as suas, em sua concepção. Logo, demonstra-se como um poder que foi ratificado como legítimo sendo constituído para executar a ordem estabelecida. Ou seja, o mesmo apresenta-se como uma autoridade.

Ademais, o espaço político caracteriza-se por determinadas bases que tornam possível sua existência e sua aplicabilidade no meio, sendo esses a delimitação do espaço onde atores políticos operam no interior de estruturas e das normas estabelecidas, espaço de interesses e conflitos, onde indivíduos e grupos promovem a busca de seus próprios interesses e determinam a sua influência nos processos de tomadas de decisão, a lei, mediante o controle e coerção, através do uso da força, seja por meios legais ou autoridade legítima podendo ser empregada para o cumprimento de decisões e o mantimento da ordem. Além de não

desconsiderar os efeitos promovidos na sociedade e no espaço, com as ações do espaço político encadeando efeitos significativos sobre a sociedade e seu espaço físico.

Há de salientar o papel amplo e abrangente que a política ocupa, destacando a organização, funcionamento e tomadas de decisões ocorridas em sociedade e comunidades. Enquanto fenômeno de ação das instituições públicas, abrange toda a sociedade presente no território sob sua jurisdição. Ademais, a política mostra-se presente em praticamente todos os aspectos da vida em sociedade e desempenha um papel crucial na determinação do funcionamento e do desenvolvimento das nações e comunidades.

Entretanto, a discussão no tocante à política não se limita à sua dimensão institucional, na medida que engloba uma variedade de áreas e assuntos, indo muito além do que normalmente é associada, ou seja, a partidos políticos e governos que intentam defender os desejos e a posição de diferentes grupos sociais, que lutam em busca de seus próprios interesses, entre eles uma definição política espacial da qual pertencem.

Desse modo, Raffestin (1993) considera que o território é observado como produto da atuação de diversas forças que o territorializa, através de atividades nesse campo empregado. Logo, o território não se constitui de forma alguma como um elemento neutro: a ação exercida sobre o espaço é que o possibilita transformar-se em território, sendo este delimitado pelos limites do desenvolvimento das ações aplicadas.

Estamos diante de uma complexa reflexão sobre as ideias de espaço e território, em especial quando consideramos as relações de poder, pois a apropriação e a delimitação do espaço muitas vezes são resultados de lutas de domínio, sendo o território não apenas uma área física, mas também um espaço de identidade e associações provenientes de relações de poder.

Parte da percepção do campo de poder e de todas as relações que ocorrem nesse âmbito, a assimilação de que todos os presentes nessa relação encontram-se envolvidos em uma rede que recebe, gera e distribui o poder no espaço. A sociedade participante desse espaço de poder é, inevitavelmente, constituída de seres relacionáveis e sociáveis, envolvendo, assim, as relações de poder em sua esfera, estando, de uma forma ou de outra, todos envolvidos nessa teia de relações que dá vida e “movimento” ao poder atuante no espaço.

De acordo com a compreensão do filósofo Michel Foucault (2004) sobre o conceito de poder, pode-se entendê-lo como algo que não é capaz de ser localizado e observado em uma instituição definida ou presente no Estado. Segundo o autor, o poder acaba não sendo considerado como algo que o indivíduo venha ceder a um governante. Para Foucault, o poder

sucedem de uma associação de forças. Dessa maneira, estabelecem-se as relações de forças em conjunto com o poder que se faz presente em todas as partes.

Por conseguinte, todas as pessoas estão envolvidas por relações de poder e não podem ser consideradas independentes delas ou alheias a elas. Assim, o poder é substituído pelas relações de poder, não se encontrando em um lugar específico, mas distribuindo-se e influenciando toda a sociedade e em todos os lugares. Mediante os seus artifícios, o poder exerce uma força que coage, disciplina e controla os indivíduos.

Portanto, tendo em vista as referidas ponderações teóricas e conceituais, essa pesquisa visa, de maneira teórica e empírica, correlacionar as abordagens territoriais no campo político, discorrendo sobre a formação política do município de Araruna/PB, bem como sua fragmentação territorial, observando os processos primordiais que contribuíram para o evento da emancipação de territórios outrora pertencentes ao município em questão, na pretensão de compreender as relações de poder expressas pela política e tornadas concretas através do uso do território, enquanto objeto de pesquisa.

Evidenciando as conjecturas que corroboraram no processo de dominação política e, conseqüentemente, nas fragmentações do território de Araruna/PB, pode-se afirmar que a influência de famílias que, por sua vez, chegaram a demarcar territórios no município, foi de um grande movimento de consolidação para perpetuação dos mesmos no campo político e territorial do município. Em Araruna, destaca-se a família Targino, principalmente no século XX, como uma precursora das grandes modificações e desenvolvimento tanto no campo político como territorial do município em voga. A hegemonia da família foi perpassada por séculos, pela família Targino Pereira e, posteriormente, transportada ao século XXI, com a família Targino Maranhão. Logo, todo o período de dominação pode revelar motivações das fragmentações sofridas no território.

Nesse contexto, o presente estudo se justifica da disposição de uma melhor compreensão sobre como ocorreu e o porquê de suceder-se no município de Araruna/PB, que detinha um amplo território outrora, um processo de fragmentação em seu território ao longo do tempo. Entender quais os objetivos e interesses próprios de atores relevantes perante a esfera política que corroboraram possivelmente na constituição de novas organizações do espaço territorial e do poder no município referente, verificando-se, posteriormente, a emancipação de municípios circunvizinhos, que obtinham seus territórios pertencentes à Araruna, sendo esses frutos dessa divisão territorial supracitada.

A referente pesquisa adota o método materialista histórico-dialético, centrado na análise da realidade objetiva, com uma abordagem que explore as interações dos agentes

envolvidos e das transformações relacionadas a um tema específico. Para Triviños (2008, p. 56), “[...] a realidade objetiva, ou seja, a matéria, está integrada por infinidade de objetos e sistemas que existem no mundo real. A matéria é incriada e indestrutível, eterna. É capaz de autodesenvolver-se”. Nessa perspectiva, o materialismo dialético expõe a realidade objetiva através da compreensão das transformações sociais que se sucedem na sociedade, tornando-se, inseparável do materialismo histórico. Logo, a dialética pode ser definida como o estudo das transformações que ocorrem na natureza, no homem e também na sociedade no transcorrer da sua história. Esta não vê o mundo como um objeto fixo, pelo contrário, obtém a visão de que tudo em sua volta se encontra em um processo contínuo de movimento e renovação.

Os principais procedimentos metodológicos incluíram pesquisas bibliográficas, investigação documental, produtos cartográficos e a presença da coleta de dados, através da análise de conteúdos, principalmente, através de autores/as que discorrem sobre o conceito da categoria de análise de território, abordando-o através das relações do poder e da política, atuantes enquanto configuradores do componente territorial.

Em síntese, esta monografia se estrutura em dois capítulos, cujo primeiro capítulo se dedica à exploração da fundamentação teórica que sustenta a pesquisa, com ênfase nas relações que permeiam a constante batalha pela apropriação territorial, em que elementos políticos e o exercício do poder se revelam intimamente interligados, desempenhando papéis de destaque na configuração do território. O segundo capítulo discorre sobre a formação das oligarquias políticas relevantes no município de Araruna, enfatizando os interesses e motivos das lideranças políticas da época que atuaram sobre o território primogênito do município supracitado, destacando também os processos de fragmentação territorial sucedido ao longo da história municipal de Araruna, que originou novos municípios, resultando na emancipação política e no desmembramento dos territórios vizinhos. Por fim, nas considerações finais, destaca-se a interconexão entre o conceito de território, o papel das famílias tradicionais detentoras do poder territorial ou político e a fragmentação municipal, oferecendo uma compreensão abrangente das dinâmicas que influenciam a realidade dessas localidades.

## **CAPÍTULO 1 – O EXERCÍCIO DA POLÍTICA E DO PODER SOBRE O TERRITÓRIO**

Diante do ponto de vista geográfico, as interações entre política, poder e território têm se tornado motivo de bastante diálogo, sendo essas interações variáveis, presentes no processo de formação das sociedades, pois os diversos grupos sociais que a integram abrangem interesses divergentes e, muitas vezes, conflitantes, que acabam por resultar nas disputas territoriais. Sendo assim, as referentes disputas estabelecem um conjunto de orientações e organizações estabelecidas através da política, compreendida como normas socialmente instituídas para organizar esses conflitos de interesses.

Segundo Arendt (2006, p. 21), “[...] a política trata da convivência entre os diferentes. Os homens se organizam politicamente para certas coisas em comum, essenciais num caos absoluto ou a partir do caos absoluto das diferenças”, destaca-se a natureza fundamental da política como a arena onde pessoas se encontram e interagem apesar de suas diferenças e ambições individuais, estabelecendo-se, portanto, enquanto relação social.

A formação da coexistência das diferenças, presente nas sociedades sujeitadas ao processo civilizatório ocidental, teve sua realização por intermédio da autoridade política centralizada na figura do Estado, que ocasionou “aos atores sociais definir as ações capazes de organizar seus interesses para que estes fossem incorporados às agendas políticas, tornando-os leis, decretos ou regulamentações” (Castro, 2005, p. 50). Portanto, o uso do território representa uma ação política, caracterizando-se, pois, nas relações de interesses,

[...] as relações de base material do poder econômico junto aquelas relacionadas ao poder social investido nas elites locais e nos movimentos sociais, são relações que definem práticas territoriais e, conseqüentemente, na gestão territorial de uma maneira peculiar, o que por sua vez expressa que em determinados momentos, essas relações definem a configuração territorial, que corresponde aos interesses relacionados tanto com as empresas, quanto com as elites ou movimentos sociais na busca por seus interesses (Silva, 2009, p. 3).

Nessa perspectiva, as decisões sobre como o território será utilizado, desenvolvido e gerenciado não são neutras, mas são influenciadas pelas dinâmicas de poder que estão presentes na sociedade. Indo de encontro com a afirmação de Saquet pois, segundo o autor, o território é, sobretudo, composto de “[...] relações de poder que estão nas famílias, nas universidades, no Estado, nas suas diferentes e complementares instâncias, nas fábricas, na Igreja, enfim, em nossa vida cotidiana” (Saquet, 2007, p. 25).

Dessa forma, a materialização dos interesses se encontra associada com a capacidade de articulação de cada ator social, incluído na trama do poder. “Sendo assim, poder é uma relação estabelecida entre interesses divergentes, com fins específicos de utilização do

território” (Silva, 2009, p. 4). Partilha estes interesses o poder formal, encontrando-se este junto à instituição política, em suas múltiplas escalas, como a federal, a estadual e a municipal. Ademais, o poder informal é concebido pela sociedade civil pelos meios de associações enquanto agentes da sociedade, movimentos sociais, demais organizações e o poder proveniente do mercado, constituído pelo capital.

A escala local retrata o espaço da vivência onde são formuladas e externadas as práticas políticas que são permeadas de interesses, concebendo conflitos e ações distintas, que se concretizam durante a solidificação das diferentes formas de poder, valendo-se, para isso, de diversas estratégias e recursos que se estabelecem como indispensáveis no processo de propagação e concretização destes poderes, referentes da atuação política de diferentes atores sociais, presentes no cotidiano do território.

Assim, a interação entre política, poder e território é uma parte fundamental na organização da sociedade e do funcionamento dos sistemas políticos. O território, em seu sentido geográfico, não é apenas um espaço físico, mas também um palco onde as dinâmicas políticas se desenrolam. Outrossim, compreender como as interações e as forças são exercidas sobre o território se faz de total relevância para o desencadear das ações políticas e de poder desempenhada sobre o mesmo.

O território consiste, é claro, de componentes materiais ordenados no espaço geográfico de acordo com certas leis da natureza. Entretanto, seria ilusório considerar o território como uma dádiva divina e como um fenômeno puramente físico. Os componentes naturais de qualquer território dado foram delimitados pela ação humana e são usados por um certo número de pessoas por razões específicas, sendo tais usos e intenções determinados por e pertencentes a um processo político. Território é um conceito gerado por indivíduos organizando o espaço segundo seus próprios objetivos (Gottmann, 2012, p. 523).

Portanto, ao invés de enxergar o território apenas como um espaço físico, é fundamental reconhecer que ele é um ator ativo nas dinâmicas sociais e políticas. As delimitações e reorganizações territoriais não ocorrem de forma neutra, mas sim como resultados das decisões e interesses dos indivíduos e grupos que detêm poder político. Conseqüentemente, essas pessoas buscam manipular e influenciar o território, para alcançar seus próprios objetivos e interesses, seja através da expansão de seu poder ou de suas influências. Sendo assim, concluímos que o território não é um elemento ou espaço estático, mas sim um campo de ação onde diversos atores competem e cooperam, quando de seus interesses, para alcançar suas metas.

O território é um reflexo das complexas interações entre as relações sociais, políticas e econômicas que ocorrem em uma determinada área geográfica. Nele os grupos sociais se

desenvolvem e interagem, dando origem a dinâmicas espaciais, isso significa que as relações sociais têm uma dimensão espacial intrínseca, e a contextualização territorial é uma característica fundamental da condição humana. O território, dessa forma, além de ser um espaço físico acaba sendo também uma representação do contexto histórico em que as sociedades estão inseridas (Haesbaert, 2007).

Ao analisarmos o território como uma manifestação das relações sociais, torna-se evidente que as comunidades que o habitam desempenham um papel crucial em sua formação e transformação. Essa dimensão social essencial ao território é, portanto, uma característica fundamental da condição humana, revelando como as pessoas se organizam, colaboram e competem dentro de determinados limites geográficos.

### **1.1 Discutindo o conceito de território**

O conceito de território é abrangente e envolve uma ampla variedade de discussões, uma vez que pode ser examinado sob diversas concepções paradigmática, dependendo da postura teórica e metodológica adotada por diversos autores/as que se dedicaram a estudá-la e se aprofundar em sua compreensão.

Dessa forma, desde a concepção original do termo território, ele tem mantido uma estreita ligação com a materialidade e o espaço físico, ou seja, com a terra. No contexto, da Geografia, em particular, este conceito adquiriu uma significativa centralidade, evoluindo ao longo do tempo e incorporando novos significados e abordagens científicas.

Sendo assim, o conceito de território tem raízes que remontam aos estudos das ciências naturais, consistindo o termo território inicialmente aplicado na descrição de áreas com o domínio e controle de determinados grupos de animais ou espécies vegetais. Na Geografia, o conceito de território teve sua sistematização realizada por Friedrich Ratzel no século XIX, com o objetivo geral de abordar a geopolítica presente no território e, conseqüentemente, buscar atribuir e dialogar o território com uma perspectiva e contextos políticos alinhados com os estudos geográficos (Cunha, 2011).

Foi desenvolvida e proposta por Ratzel uma compreensão organicista de Estado: na visão do autor, um território nacional é como um organismo vivo que cresce, se desenvolve e se adapta ao longo do tempo. Ele enxergava o território como obtendo características e processos semelhantes aos de um organismo, como a busca por recursos para sobrevivência e

crescimento. Dessa maneira, para Ratzel o território era o espaço vital<sup>2</sup>, como condição primordial para existência de um Estado, de uma civilização bem como das relações que se estabeleciam entre a própria sociedade e os bens naturais disponíveis no território, necessárias para atender as necessidades das sociedades.

O território surge, na tradicional Geografia Política, como espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente construídos), que é apropriado, ocupado por um grupo social. A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode mais ser compreendido sem seu território, no sentido de que a identidade sócio-cultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, “paisagem”) (Souza, 2000, p. 84).

Friedrich Ratzel, ao considerar o território, o via como o espaço geográfico no qual um Estado exerce sua soberania. Ele entendia que a soberania era o elemento-chave que permitiria ao Estado expandir seu domínio territorial e, assim, aumentar seu poder e influência dentro desse território. Nessa perspectiva, Ratzel (1974, p. 11 apud Souza, 2000, p. 85) afirma que “Exclusivamente o solo [Boden] dá coerência material a um Estado, vindo daí a forte inclinação sobretudo da organização política de naquele se apoiar”, enfatizando, assim, sua visão, na qual o controle sobre o território era fundamental para a consolidação e o fortalecimento do Estado, e essa expansão territorial era vista como um meio de alcançar os objetivos políticos e estratégicos da nação.

Destarte, as ideias elaboradas por Ratzel continuaram a ser referências importantes para os estudos e as novas concepções que surgiram a respeito do conceito de território, sempre destacando a importância do Estado e sua relação com o espaço geográfico nas diversas discursões acadêmicas, sociais e políticas. Logo, o conceito de território passou a abranger não apenas aspectos físicos, como a delimitação geográfica mas, também elementos culturais, políticos e sociais que moldam a relação entre as pessoas e o espaço.

Entretanto, ao examinarmos o conceito de território em várias correntes do pensamento geográfico, tanto de autores/as clássicos/as quanto contemporâneos/as, torna-se evidente a importância da dimensão política do poder como uma variável central que contribui para compreensão desse conceito. Esse poder, que não se limita apenas à sua manifestação do Estado, abrange uma gama mais ampla de influência e dinâmicas. Nessa perspectiva, Haesbaert (1999, p. 10) afirma categoricamente “[...] o território é uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico)

---

<sup>2</sup> O espaço vital manifestaria a necessidade territorial de uma sociedade tendo em vista seu equipamento tecnológico, seu efetivo demográfico e seus recursos naturais disponíveis. Seria assim uma relação de equilíbrio entre a população e os recursos, mediada pela capacidade técnica. Seria a porção do planeta necessária para a reprodução de uma dada comunidade (Moraes, 1990, p. 23).

que envolvem, concomitantemente, sociedade e espaço geográfico (que também é sempre, de alguma forma, natureza)”. Indo de encontro com a concepção adotada por Souza (2000, p. 111) cujo

[...] conceito de território deve abarcar infinitamente mais que o território do Estado-Nação. Todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território, do quarteirão aterrorizado por gangues de jovens até o bloco constituído pelos países-membros da OTAN.

É possível constatar que o autor assimila o conceito do território, a partir de relações de poder que são desenvolvidas e criadas em diferentes espaços, organizações, lugares e territórios. Evidenciando, através de exemplos, como os territórios podem ser definidos e delimitados no âmbito das relações provenientes dos detentores do poder em determinado território de interesse dos atores sociais, que implicam e participam da obtenção do poder no espaço de interesse ou desejo dos mesmos. Andrade (1994, p. 213) relata o cuidado que se deve tomar ao conceituar o território, pois

[...] o conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Assim, deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder, que se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder de grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas.

Logo, o conceito de território estaria ligado à noção de poder e à forma como esse poder é exercido e gerenciado em relação a uma delimitação geográfica específica. Isso pode envolver tanto o controle estatal como o domínio de atores não estatais, como empresas transnacionais, organizações não governamentais, entre outros, que moldam a dinâmica e a gestão desses territórios de maneira significativa.

Segundo Raffestin, o território é um espaço onde ocorreu a projeção de esforço humano, tanto em termos de energia quanto de informação e, como resultado, esse espaço passa a refletir relações que são profundamente influenciadas pelas dinâmicas do poder.

É essencial compreender bem que espaço é anterior a território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa). Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator “territorializa” o espaço, mostra como é o mecanismo de passar do espaço ao território: A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estrada de ferro, circuitos comerciais e bancários, autoestradas e rotas aéreas (Raffestin, 1993, p. 143).

Assim sendo, o território não é algo inerente ao espaço, mas sim o resultado de ações deliberadas de atores que transformam o espaço em um espaço territorializado. Isso envolve não apenas a demarcação física, mas, também, as configurações que irão moldar as dinâmicas

e as funcionalidades desse território. Segundo o autor, essa abordagem é fundamental na compreensão das forças que influenciam e controlam determinadas áreas geográficas.

De acordo com Souza (2006, p. 81),

[...] territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional (p. ex., a área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter carácter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica.

O território pode ser entendido como o resultado e o elemento essencial para a continuidade da sociedade, uma vez que é moldado principalmente pela ação dos grupos sociais, por meio de seus conflitos, interesses, necessidades e relações de poder. A fundação territorial fornece a base para existência humana, pois o território físico é o ambiente em que as pessoas vivem e onde elas desenvolvem através das relações sociais presente no território, a capacidade de interagir, abrangendo todas as interações, forças e interesses particulares aos seres humanos. Nessa perspectiva, Santos (2007, p. 13) afirma que “[...] o território é o lugar onde desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência”. Portanto, ao analisar um território é, essencial considerar seu contexto histórico e as relações sociais que moldaram sua configuração atual.

Santos (2004, p. 96) salienta que

[...] o território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence.

Assim, compreende-se o território além das suas dimensões geográficas e físicas, pois torna-se um local onde a vida humana é vivida, onde as identidades são moldadas e onde as atividades humanas têm um impacto significativo. Nesse contexto ampliado do território, é fundamental compreensão das complexas interações entre sociedade e espaço geográfico, enfatizando, assim, a importância do território como um espaço onde a Geografia se encontra com a cultura, a identidade e o sentimento de pertencimento das pessoas a determinados lugares, atrelados às suas relações e experiências em seus territórios vividos.

## **1.2 A fragmentação territorial como processo do surgimento de novas organizações espaciais**

A fragmentação territorial-política revela novas organizações no território, mediante informações e finalidades sociais que se apresentam perceptíveis por meio das fronteiras, sendo estas essenciais perante os poderes constitucionais, pois exercem o direito de marcar e dividir politicamente o território. Dessa forma, todo poder político torna-se territorial, na medida em que o funcionamento de suas atividades demanda um território delimitado. Para Raffestin,

[...] sem partições o poder não tem nenhuma referência, nenhuma estrutura, pois não saberia mais como se exercer. O jogo estrutural do poder conduz a assegurar ora a continuidade, deslocando os limites, ora a provocar a descontinuidade, criando novos limites. Não é excessivo pretender que o poder, para se manter ou se organizar, tem necessidade de se apoiar sobre esse jogo geométrico dos limites (Raffestin, 1993, p. 169).

Logo, compreende-se em um dos tipos de limites impostos à atividade humana, constituindo-se como resultado da decisão de um poder ratificado, legitimado, institucionalizado, passando a caracterizar o território político, representado pela presença do poder estatal no território.

Todavia, em todos os territórios do mundo, de organização política federativa ou unitária, produziram-se divisões internas. As fronteiras são uma necessidade política de uso dos territórios. Usar o território para vencer constrangimentos exige organização política, que tomou forma jurídica na figura do Estado-nação (Cataia, 2001, p. 17).

O Estado necessita de limites bem definidos, sendo estes primordiais na demarcação de sua área de soberania, autoridade e de organização do espaço. Nesse sentido, as fronteiras têm o papel de informar as áreas geográficas, divididas pelos limites políticos, seguindo uma intencionalidade, principalmente na fragmentação territorial, produto da formação da organização de novos espaços, diante do território do Estado. Através dos processos sociais, econômicos, políticos e culturais do território. Isso posto, é possível compreender as dinâmicas entre o espaço-sociedade enquanto um processo de solidificação, sendo as dinâmicas responsáveis pelas mudanças presentes no território.

Desse modo, fragmentações territoriais expressam um projeto social, efetuando, assim, a existência de novas implicações socioterritoriais que se estabelecem como fatores primordiais, tanto no que tange à própria organização do território, como de suas dinâmicas. Destarte, torna-se necessária a compreensão em síntese e do todo, sobre o território, sendo este definido por Fuini

[...] como o recorte do espaço delimitado por relações de poder que envolvem a produção e a apropriação espacial, com conotações políticas, econômicas, culturais, sociais ou naturais, sendo que essas relações são alimentadas por fluxos que ocorrem em diversas escalas, do local ao global (Fuini, 2018, p. 2).

Divisões territoriais consistem em informações, ações e interesses sociais, em sua maioria, representados por seus sistemas políticos, presentes no território delimitado ou fragmentado. Ademais, salienta-se que os sistemas políticos, presentes nas compartimentações territoriais, sustentam-se em um conjunto de normas jurídicas, econômicas, culturais e técnicas, sempre comportando a sua presença e força política em áreas delimitadas com ordens referentes às suas informações particulares de suas fronteiras.

Há de se destacar como o desenvolvimento do capitalismo colaborou para o surgimento de diversas compartimentações presentes no interior do território nacional. Dessa forma, nota-se que com o surgimento de diversas forças produtivas, no território, corroborou-se, assim, para o “aflorar” de novas fronteiras, caracterizando a divisão social e territorial do trabalho em conformidade com as divisões políticas e, conseqüentemente, com a criação de novas organizações territoriais através de fragmentações territoriais ocorridas no espaço geográfico.

De fato, com o advento do capitalismo, em todos os países do mundo produziram-se novas fronteiras internas, funcionais à produção. À medida que novas formas de produzir foram sendo desenvolvidas, novas fronteiras foram sendo exigidas. Por isso à divisão social e territorial do trabalho junta-se a divisão política do território, base da propriedade privada, da produção e de todo poder político. Este é um dado universal, não existe Estado sem território, assim como não existe território sem compartimentos políticos, ou seja, sem as fronteiras (Cataia, 2001, p. 17).

A divisão política do território é fundamental no contexto do capitalismo. As fronteiras políticas, muitas vezes definidas por Estados-nação, não apenas regulam a administração e o governo de uma área, mas também têm implicações diretas na propriedade privada e nos direitos de posse. A organização das fronteiras reflete os arranjos políticos que sustentam o sistema capitalista e a propriedade privada dos recursos e meios de produção.

A organização e o funcionamento dos territórios mudam de acordo com os movimentos da sociedade. Como resultado, os conceitos espaciais são transformados para conceber um território adequado para cada período histórico. O território demonstra um conjunto de relações que se dão por meio de funcionalidades e formas, testemunhando certa história escrita por ações que se originam no passado e também no presente. É importante observar que essas interações e associações não ocorrem igualmente em todos os lugares, causando, assim, diferenciações territoriais (Santos, 2004).

Portanto, a natureza dinâmica dos territórios, seja ele fragmentado, político, estatal, privado entre as diversas formas de territórios, também evoluem conforme a sociedade muda e se desenvolve. A forma como os territórios são organizados e utilizados reflete a história, as relações e as necessidades de cada época. A compreensão desses processos é fundamental

para entender como os territórios se fragmentam e são organizados no espaço, como também compreender as expressões tangíveis das transformações sociais e culturais ao longo do tempo.

A fragmentação territorial é um fenômeno que, em sua essência, perpetua uma série de processos que visam a apropriação e os meios de exercer práticas de dominação, tendo como objetivo central a perpetuação do poder dentro de um território específico. De acordo com a análise de Gomes (2015, p. 232), “[...] a relação entre o poder e o território é histórica, tendo sido originada ainda quando o homem, na sua fase nômade, estabeleceu determinado território para a sua fixação, passando a dominá-lo”.

Sendo assim, a partir desse ponto inicial de fragmentação, que está enraizado em relações de poder, tanto territoriais quanto políticas e econômicas, o território gradualmente assume configurações específicas através de conflitos e conquistas. Nesse processo, as dinâmicas de poder desempenham um papel fundamental na delimitação, reconfiguração e governança dos territórios. Isso pode ser observado ao longo da história, desde a formação de comunidades sedentárias até a expansão de impérios e o estabelecimento de estados modernos.

Segundo Raffestin (1993), as políticas do Estado são territorializadas, cujas compartimentações presentes no território constituem-se como expressões geográficas do poder. Entretanto, a partir do momento em que certas divisões institucionais deixam de ser funcionais, ou seja, não são capazes de abarcar as ações do presente (políticas, econômicas ou sociais), acabam gerando a propagação de mudanças e redefinições na organização do território, principalmente, através do sistema político.

A fragmentação do território é vista por nós como um indicativo imperioso da reprodução do poder político. Entretanto, cabe acrescentar que, como processo, a fragmentação não se encerra com a simples divisão territorial. Ela é mais ampla na medida em que implica perda de território e expressa uma relação dialética: enfraquecimento de antigas estruturas de poder político e fortalecimento político local com a emergência de “novos” grupos de poder que buscam espaços para se reproduzir (Silva, 2006, p. 118).

Nesse contexto, a observação de que o território não se encerra com a “simples” divisão territorial é crucial, pois ela, frequentemente, leva a uma reconfiguração das dinâmicas de poder, resultando em mudanças nas estruturas de governança e na emergência de novos atores políticos. À medida que áreas anteriormente unificadas são subdivididas, podem surgir novos centros de poder local que buscam autonomia e influência.

Segundo Santos (2007), a fragmentação política territorial é um fenômeno que desencadeia uma série de ações que passam a influenciar e moldar o território. Esse processo

ocorre à medida que novos municípios são criados, muitas vezes sem considerar plenamente as consequências para as regiões afetadas por essa fragmentação. Essas consequências abrangem áreas socioeconômicas, socioespaciais e culturais, que sofrem os impactos do desmembramento ou da divisão do território

Pode-se admitir que a criação de unidades políticas, independentemente da escala de compartimentação, é um fenômeno inerente à história social. As partições são um elemento central do estabelecimento da vida comunitária, que requer a divisão territorial como forma de organização política, pois desse modo é possível estruturar e organizar as relações internas dos grupos, ao mesmo tempo que se permite o reconhecimento, pelo outro, da existência política dessa comunidade. Desse modo, tanto do ponto de vista interno como externo, o território expressa a possibilidade da organização política, o que proporciona certo nível de autonomia do grupo e a inserção no sistema de relações interestaduais (Cigolini, 2012, p. 131).

Consequentemente, ao considerar a formação de novas unidades políticas é, importante destacar que ocorrem mudanças significativas no território, levando a uma reconfiguração das divisões territoriais existentes. Um exemplo notável desse fenômeno é a criação de novos municípios, o que resulta na fragmentação de áreas territoriais que anteriormente se encontravam unificadas. Esse processo implica em uma reorganização profunda do espaço político e social, que afeta tanto a dinâmica territorial quanto a vida das comunidades locais. Ademais, compreendem-se novos processos de reorganização territorial que tem como objetivo definir novas fronteiras mas, também, de realizar a organização de estruturas administrativas, a distribuição de recursos, a definição de políticas públicas e a criação de uma nova dinâmica social e econômica nos territórios que sofreram divisões territoriais.

Para Castro, o município é uma escala e um território político por excelência, sendo que

[...] é no conhecimento da dinâmica da ocupação do território, da organização das sociedades locais e dos seus interesses que as decisões políticas e os modos de organização do território do país, como resultados concretos dessas decisões, adquirem significado (Castro, 2005, p. 134).

Sendo assim, destaca-se a profunda relação que se estabelece entre o conhecimento da dinâmica territorial e as políticas de ordenamento do espaço geográfico. Os municípios, como unidades territoriais fundamentais, desempenham um papel crucial nesse processo, pois eles não são apenas “pontos no mapa”, mas sim áreas vivas e pulsantes onde as comunidades locais moldam a paisagem de acordo com seus interesses e necessidades.

Santos (2002), ao analisar sobre os processos que ocasionam a criação de estados e municípios, argumenta que, na atualidade, o exercício da cidadania e as conjunturas para a acessibilidade política consistem na forma como se organizam as divisões territoriais, nesse

cenário as fragmentações territoriais são de máxima relevância, na criação de novos municípios. A sociedade se constitui mediante um pacto social, cuja existência está intimamente relacionada a um pacto territorial, mesmo que essa relação muitas vezes não apresente-se explicitada.

Logo, os objetivos e conteúdos de ambos os pactos são mutáveis, requerendo diferentes arranjos e configurações territoriais à medida que a sociedade demonstra suas novas necessidades e, dessa forma, não se pode compreender o espaço e, posteriormente, o território como recortes geográfico-políticos com uma estrutura imutável, pois não é condizente com a realidade material do mundo que encontra-se em constantes transformações. As fronteiras políticas podem ser redefinidas, acordos territoriais podem ser revisados e novas configurações no território podem surgir à medida que as necessidades políticas, econômicas e sociais evoluem. Santos enfatiza que,

[...] por isso, as divisões e subdivisões territoriais, através da conformação dos Estados, municípios e outras configurações, não são apenas uma moldura, um dado passivo, mas constituem um elemento ativo do quadro de vida. Das relações territoriais depende cada vez mais a orientação e a eficácia das demais relações sociais (Santos, 2002, p. 34).

As divisões territoriais representam também a presença de uma dinâmica no território recortado, com uma intensa interação estabelecida nas relações dos sujeitos que ocupam o determinado território fragmentado. Assim sendo, um espaço usado por todos os atores que participam e se encontram vigentes em qualquer território delimitado ou fragmentado, tornando-se atuante e também responsável pela divisão e as interações realizadas no território fragmentado, corroborando, assim, para existência de áreas cada vez mais mutáveis.

## **CAPÍTULO 2 – UMA ANÁLISE DAS DISPUTAS DE PODER E DA FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL NO MUNICÍPIO DE ARARUNA/PB**

Araruna é um município brasileiro localizado no estado da Paraíba, compreendido na mesorregião do Agreste Paraibano, na microrregião do Curimataú Oriental (formado por Araruna, Cacimba de Dentro, Solânea, Dona Inês, Tacima, Casserengue e Riachão). Porém, de acordo com a nova regionalização constituída pelo IBGE em 2017, o supracitado município, situa-se na região imediata de Guarabira/PB e na região intermediária de João Pessoa/PB.

A cidade de Araruna está localizada no alto da serra que lhe empresta o nome (Serra da Araruna), numa altitude de cerca de 590 metros acima do nível do mar e com uma área de extensão territorial de 246 km<sup>2</sup> representando 0.4354% do estado paraibano, 0.0158% da região e 0.0029% de todo o território brasileiro. Possuindo uma população de 17.189 mil habitantes e com uma densidade demográfica era de 69,67 habitantes por quilômetro quadrado de acordo com os dados divulgados pelo Censo IBGE em 2022. Ademais, Araruna é um dos principais municípios do Agreste Paraibano, em virtude da sua polarização aos demais municípios do Curimataú da Paraíba e do Seridó potiguar, fazendo limite territorial com quatro municípios do estado do Rio Grande do Norte. O município de Araruna encontra-se a 165 quilômetros de João Pessoa, capital do estado da Paraíba, cerca de 110 km de Campina Grande e a 120 km de Natal, capital do Rio Grande do Norte.

Araruna, antigo distrito criado em 1854 e subordinado ao município de Bananeiras, recebeu status de município pela lei provincial nº 616, de 10 de julho de 1876. A 10 de julho de 1876, o presidente da Província da Paraíba, o Barão de Mamanguape, sancionou a Lei nº 616, criando o município de Araruna.

### **2.1 O emergir do poder político da família Targino no município de Araruna**

É notório que o processo de dominação política no município de Araruna/PB e, como consequência, os eventos de divisões territoriais no município, surgem através da ascensão de um grupo político familiar que se destaca como uma oligarquia de poder no território em destaque, constituindo um momento crucial para o princípio das relações de poder em busca de uma hegemonia política no município, constatando-se, dessa forma, um momento de consolidação das oligarquias e da forte influência dos grupos políticos de Araruna, na gestão do território e da busca de obtenção de capital político no município, realizado através de benfeitorias empreendidas em Araruna.

Destaca-se a influência e poder político que a família Targino construiu durante o século XX, com participação e representação de seu líder Targino Pereira da Costa, na principal e primeira estrutura político-administrativa, instaurada no município de Araruna, a Câmara de vereadores do município, que teve sua fundação no ano de 1877.

O ato solene de instalação da Câmara, no entanto, só ocorreu um ano depois em 11 de julho de 1877, quando perante o presidente da Câmara de Bananeiras Manoel da Costa Espínola tomaram posse os seguintes vereadores: Manoel Januário Bezerra Cavalcanti, presidente, Manoel d’Azevedo Belmont, João Theomoteo Queiróz, Targino Pereira da Costa e Joaquim Cassiano Bezerra (Lucena, 1985, p. 31-32).

A família Targino surgiu como uma força política emergente em Araruna: o patriarca da família, desde a época da emancipação do município, ganhou cada vez mais força em Araruna, principalmente, no cenário de um líder político da terra, cuja a família obtinha diversos bens no território de Araruna. Porém, foi com a notoriedade de dois de seus filhos, os irmãos Targino: Pedro Targino da Costa (Major Pedro Targino), um legítimo coronel da Guarda Nacional, patente pela qual passaram a ser conhecidos muitos coronéis em troca da manutenção da ordem pública, conseguindo se beneficiar do posto para atender seus anseios políticos, pois,

[...] na prática, os membros da Guarda nacional representavam mais uma situação histórica, marcada pelo abuso das instituições para fins estritamente particulares. Com o tempo, estes “coronéis” valiam-se de suas tropas para preservarem seus interesses econômicos e políticos pessoais (Silva, 2018, p. 23).

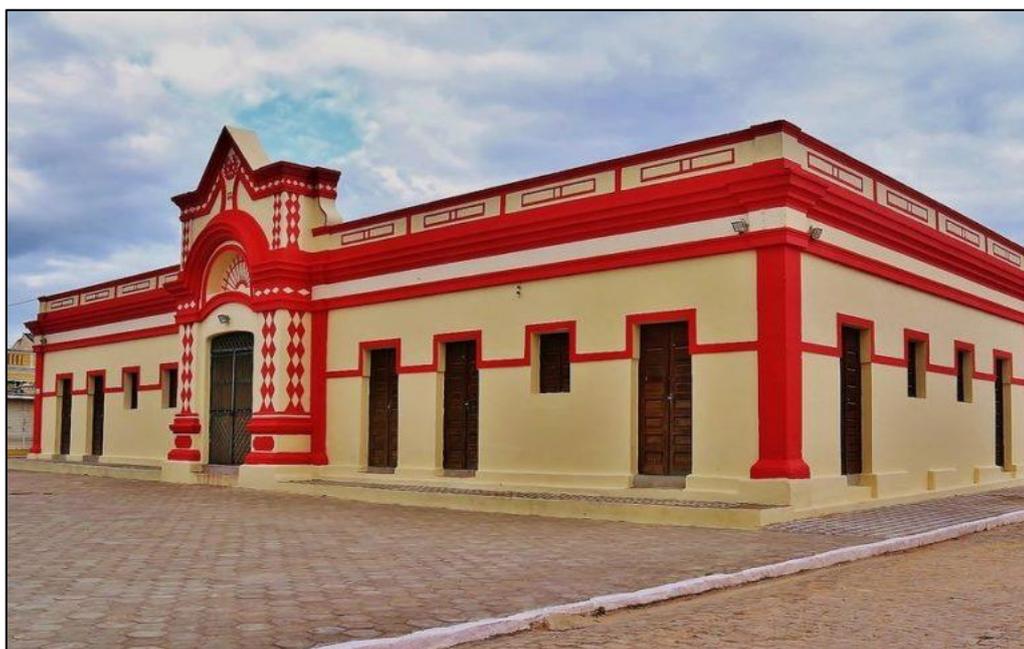
O outro irmão era Targino Pereira da Costa (Coronel Gino), grande latifundiário, que sob influência do seu irmão, Major Pedro, tornou-se também ativo na política, assim, conhecidos pelo papel crucial em decisões que moldavam o curso da política local. Foi, através dos irmãos, criada a possibilidade da hegemonia política e territorial da família, estabelecendo-se de fato, relações de poder no município de forma a obter a influência e a predominância de apenas um grupo político em Araruna. Ademais, os irmãos Targino, Major Pedro e Coronel Gino, eram juízes de paz e conselheiros municipais, ainda tendo outro irmão muito influente, o Padre Francisco Targino da Costa (Padre Targino), que esteve a frente da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, em Araruna, chegando o supracitado a extrapolar os limites municipais, sendo deputado estadual.

Os Targino eram proprietários de várias casas e sítios no município, sobretudo o Major Pedro e o Coronel Gino, representantes genuínos do coronelismo, que embora já casados, comandavam a política local e dividiam senhorio na casa-grande da Fazenda Maquiné, onde possuíam engenho (Silva, 2018, p. 25).

Logo, emergiram na política ararunense com um domínio de praticamente quase todos os postos e espaços do poder municipal ocupados pela família, faltando-lhes, assim, apenas a prefeitura municipal, que estava sobre o comando de Sebastião Soares Cabral, prefeito subserviente aos desejos e comando dos Targino, porém em outros momentos aos adversários da família. Entretanto, no ano de 1909, Pedro Targino Pereira da Costa se torna o primeiro representante dos Targino no posto de prefeito de Araruna, estendendo seu mandato até 1921, consolidando, assim, por total, o poder e influência da família Targino a frente do território ararunense.

Um dos marcos do poder político dos Targino em Araruna foi a construção do primeiro mercado público do município, onde a família conseguiu exercer seu poder local sobre o então prefeito de Araruna, Sebastião Soares Cabral, na assinatura e comprometimento com a construção do mercado público (Figura 1).

**Figura 1** - O antigo mercado público de Araruna



**Fonte:** Prefeitura Municipal de Araruna/PB, 2023.

Sendo assim, um ato político no intuito de agradar a família Targino, que sabia o quanto era imprescindível a realização desse projeto público, pois através desse empreendimento ocasionaria, conseqüentemente, o crescimento político, econômico e social para o desenvolvimento não só econômico do município de Araruna, mas, também, na dissipação de um capital político forte da família Targino no território (Lucena, 1996).

Entretanto, para que efetivamente a tomada do projeto conseguisse sair do papel foi determinante a atuação de um ator político, José Amâncio Ramalho, homem este filho de Antônio Ramalho da Silva que, por sua vez, era um importante e influente político no município de Araruna, conhecido também por ser um grande proprietário de terras no distrito de Tacima/PB. Silva (2012, p. 36) destaca que, “por mais que pese a participação dos Targino na construção do primeiro mercado público de Araruna, foi pelas mãos de Amâncio Ramalho que a construção do mercado de fato se concretizou”.

Todos eram cientes dos benefícios que a construção de um mercado público traria para Araruna, no entanto, o prefeito em exercício na época, mais especificamente no ano de 1907, Sebastião Soares Cabral, não via com bons olhos a ideia de realizar esse projeto no município. Sua principal preocupação era o alto custo necessário para a construção do mercado público, dado que dispunha de apenas um pouco mais de 09 (nove) contos de réis. O projeto proposto por José Amâncio Ramalho, em uma visão otimista da conclusão do mercado público, estimava um custo total de cerca de 30 (trinta) contos de réis.

Portanto, o elevado custo associado à construção do mercado público em Araruna se tornou um obstáculo para o prefeito da época. Consequentemente, José Amâncio Ramalho tomou a iniciativa de financiar o projeto por conta própria, mediante um acordo com a prefeitura de Araruna. Como parte desse acordo, ele receberia em troca incentivos fiscais e diversos outros benefícios no âmbito do território municipal, por exemplo: o direito de arrecadar os impostos provenientes da área do mercado pelo período de 10 (dez) anos. Dessa forma, José Amâncio Ramalho iniciava, assim, um projeto de não apenas benefícios para o município, mas também para si próprio, com a propagação de influência e usufruto economicamente e politicamente em Araruna, tornando-se um sujeito de grande poder e prestígio no município.

Existia assim, um cenário não agradável a família Targino no município, pois via sua ideia de perpetrar a hegemonia política da família em Araruna ameaçada por um ator político divergente do grupo dos Targino. Por mais que não agradasse aos olhos dos irmãos Targino o ganho de capital político de Ramalho, mediante a construção do mercado público, contudo para família que detinha a maior influência no território era vantajosa a construção do mercado, pois, segundo afirma Silva (2012, p. 37),

[...] os irmãos Major Pedro Targino e Coronel Gino, tinham interesses econômicos nas áreas que se desenvolveriam a partir da criação do mercado, a respeito de alguns dos terrenos em volta, dos quais, por eles foram comprados, pois sabiam que estes seriam muito valorizados, com o propósito de abrirem comércios, alugarem ou o que mais lhe viessem de ideia a mente, além dos próprios méritos políticos que a população os creditaria.

Dessa forma, alcançariam os objetivos que tanto almejavam e, com a construção do mercado e a compra dos terrenos ao redor, finalmente os levaria à tão sonhada conquista de uma posição dominante e influente no município de Araruna. Essa estratégia não apenas impulsionaria seus interesses econômicos mas, também, consolidaria seu poder político na região, garantindo que pudessem desfrutar dos benefícios e a hegemonia que tanto perseguiram.

Em vista disso, é inegável que o benefício pessoal, derivado dos interesses da família Targino e de José Amâncio Ramalho com a construção do mercado público, envolvia o uso de um recurso público para fortalecer seu poder econômico e, principalmente, político, em Araruna. Assim sendo, tornava-se evidente que o desenvolvimento do espaço urbano e do município não era orientado para o bem-estar geral da população local, mas sim para a promoção dos interesses de atores políticos em busca de ampliar seus poderes no território ararunense.

Os Targino conseguiram prevalecer na disputa de poder e na manutenção do controle no município de Araruna, uma vez que após a construção do mercado público, por possuírem todos os postos de poder na esfera administrativa municipal de Araruna, nessa ocasião, principalmente a prefeitura, pois foi através desse órgão que se iniciaram vários desentendimentos e acusações entre os Targino e José Amâncio Ramalho.

Amâncio acusava a Prefeitura de Araruna de dificultar a cobrança dos impostos de feira a quem tinham direito, segundo o contrato, a prefeitura em contrapartida acusava o construtor de não ter concluído totalmente a obra do mercado, acusando de ter faltado parte de reboco e pintura (Silva, 2018, p. 30).

Por conseguinte, o proponente e financiador do projeto do mercado público, que trouxe inúmeros benefícios a Araruna, viu-se impossibilitado de permanecer no município, visto que a família Targino detinha o controle da prefeitura e minavam as ambições e aspirações políticas do mesmo, especialmente à medida que se aproximavam as eleições municipais de 1912. Nesse contexto, a prefeitura de Araruna chegou a um acordo com José Amâncio Ramalho para quitação integral da dívida que o município detinha na construção do mercado público, porém, mais uma vez, a família Targino demonstrou o seu poder político: através dos inúmeros episódios e acusações feitas sobre José Amâncio Ramalho não ter realizado a construção do mercado por completo, o mesmo decidiu abdicar de 04 (quatro) dos 10 (dez) anos de impostos sobre o chão do mercado que lhe eram devidos de acordo, sendo estes compromissos firmados em contrato para realização do projeto.

Portanto, prevalecendo na primeira década do século XX a força e o poder territorial da família oligárquica Targino no município, consolidando-se em Araruna sua hegemonia

política, exercendo uma dominação estabelecida no território, na busca de ampliar cada vez mais o seu domínio, poder e influência no território. Logo, Leite (2016, p. 66) afirma que “os Targino, ontem como hoje, mandavam e desmandavam nos destinos da cidade e na vontade dos cidadãos”. Assim sendo, Araruna vivia sob um domínio político de uma família extremamente influente.

## **2.2 Períodos das emancipações e dos processos de fragmentação territorial ocorridos em Araruna**

É imprescindível destacar que, na Constituição de 1946, foram desenvolvidos mecanismos que tornavam as práticas municipalistas de modo mais favoráveis à sua consolidação: nesse período havia diversas emancipações do ente municipal ganhando sua tutela para com o governo federal, como se fosse uma “febre” do momento histórico político no país. Ademais, o concernente processo projetou um novo comportamento referente ao papel de atuação para com os municípios no contexto político nacional, conforme os municípios passavam a obter mais autonomia política e se instituía em entes políticos de grande relevância e autonomia, conseqüentemente, alcançavam a devida garantia do direito aos municípios escolherem seus próprios governantes por meio de eleições livres e diretas.

Na Constituição de 1946 renasce o municipalismo no Brasil, caracterizado por sua autonomia política, administrativa e financeira. A União transfere parte de seus tributos e dos estados para os municípios. A partir de então surgem municípios em todos os estados, ocorrendo um grande surto emancipacionista (Nunes, 2017, p. 13).

Porém, a influência e o poder dos chefes políticos locais, os denominados coronéis, não tinham sido afastados por completo, permeando ainda no âmbito municipal uma política que contemplava os antigos acordos que davam suporte e projeção para a manutenção das velhas oligarquias no município. Assim sendo, como consequência do supracitado momento político do país, proporcionou o surgimento nas décadas de 1950 e 1960, de novas lideranças políticas no Brasil, que passaram a desenvolver outras práticas de gestão e a defender a importância dos municípios no cenário político nacional.

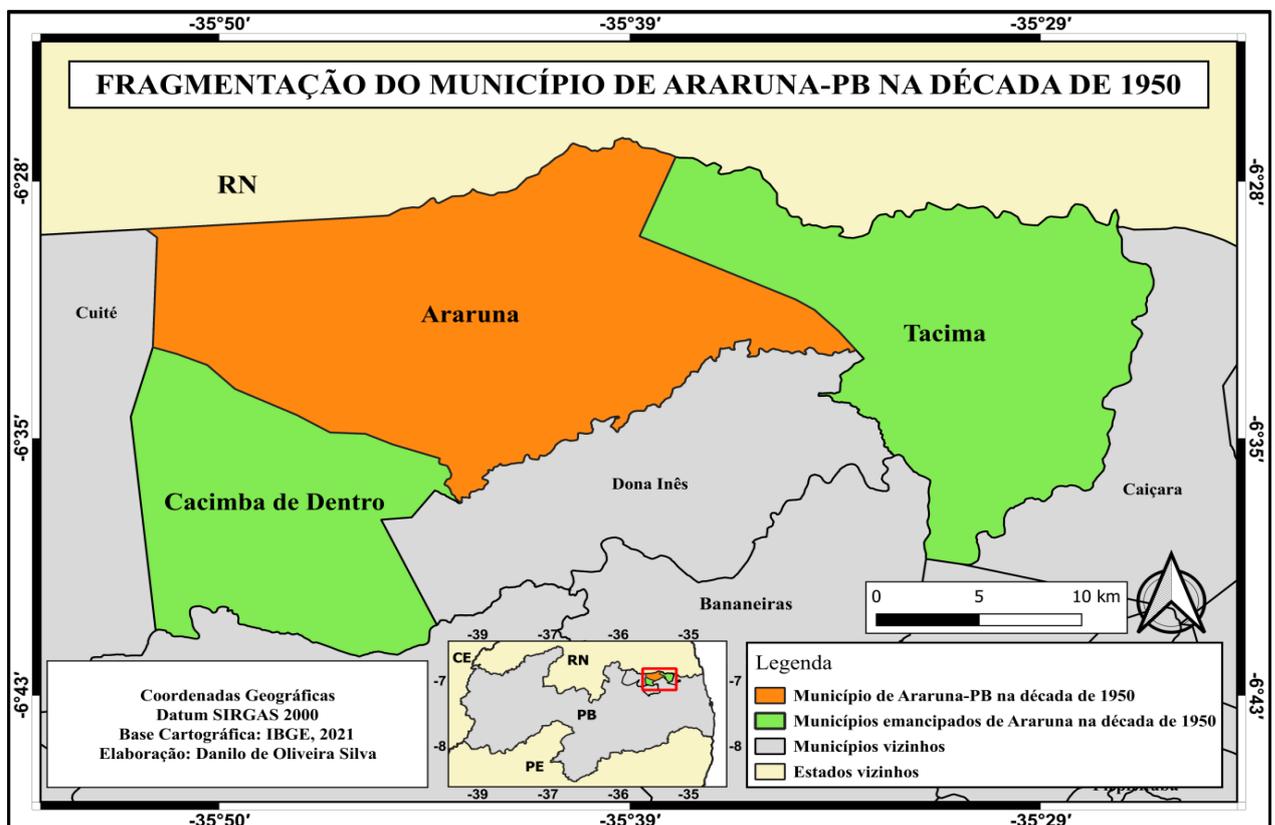
Os exemplos mais marcantes, no Nordeste, foram Miguel Arraes, em Recife, e Djalma Maranhão, em Natal, [...] na medida em que não mantinham relações de dependência com as velhas oligarquias locais nem tinham parte nos acordos políticos que sustentavam as mesmas. Por essas razões, esses personagens ameaçavam a estrutura vigente (Andrade, 2001, p. 48 apud Silva, 2006, p. 133).

Entretanto, quando evidenciado o município de Araruna/PB, nota-se que houve uma continuidade de um território que se tornou propício para reprodução das velhas práticas políticas exercidas por grupos dominantes, que mantinham a propriedade tanto da terra como

também econômica como base de sustentação para a consolidação política no município. Dessa forma, é no cenário descrito que a criação de novos municípios no território antes pertencente à Araruna ganham forma e destaque. Esse processo pode ser compreendido como uma decorrência dos princípios da Constituição de 1946, que deu aos municípios mais autonomia e tornou mais acessível o processo de formação destes.

Conseqüentemente, o território ararunense passou por dois momentos de fragmentação territorial. O primeiro transcorrido ao longo da década de 1950, com a criação de dois novos municípios, a partir do desmembramento de territórios pertencentes a Araruna, sendo o município de Tacima/PB, que obteve sua emancipação política através da Lei Estadual 2.046 de 20 de abril de 1959, de autoria do então deputado estadual José Targino Maranhão, e o município de Cacimba de Dentro/PB, conseguindo sua emancipação política através da Lei Estadual 2.138 de 8 de junho de 1959, de autoria do mesmo deputado estadual, sendo os primeiros municípios criados através do processo de fragmentação ocorrido no município de Araruna. Por conseguinte, observamos, assim, na (Figura 01) o primeiro momento de delimitação e emancipação dos municípios constituídos a partir do território primogênito de Araruna:

**Figura 2 – Primeiro momento de fragmentação territorial no município de Araruna/PB**



Fonte: Danilo de Oliveira Silva, 2023.

Portanto, percebe-se que a emancipação de Cacimba de Dentro e de Tacima não ocorreram apenas pela tendência emancipatória que havia se instaurado no Brasil, nas décadas de 1950 a 1960, mas, também, se evidenciava a vontade das oligarquias rurais em tomar a iniciativa de criar distritos e seguir o processo político de poder através de emancipações, pois isso lhes proporcionava uma vantagem significativa, uma vez que o controle sobre vários municípios lhes permitia negociar recursos e apoio político no projeto de expansão de influência dos grupos políticos que nesses territórios atuavam, centrados em famílias, não apenas a nível estadual, mas também nacional.

Assim sendo, Cacimba de Dentro e Tacima não foram uma exceção a esse padrão e, ao longo de suas histórias, permaneceram sobre o domínio das famílias tradicionais, que auxiliaram na emancipação desses municípios, outrora pertencentes à Araruna. Essas famílias, tanto os Targino Maranhão como os Targino Pereira, coordenaram o processo legal que resultou na emancipação política e territorial dos municípios supracitados, transformando-os em mais um polo de poder, agora com autonomia política e acesso a recursos provenientes das instâncias governamentais em níveis federal e estadual.

No primeiro momento de fragmentação territorial do município de Araruna, notam-se principalmente, os interesses políticos colocados em voga, pois percebe-se o quão cômodo foi para as lideranças políticas do município ararunense emancipar outros territórios que eram de sua tutela, sempre com o intuito de perpetuar ou abranger seu poder sobre esses territórios circunvizinhos. Assim sendo, o processo de fragmentação municipal uma produção territorial de configuração e domínio do poder local. No período das primeiras divisões territoriais realizadas no município de Araruna, observa-se, posterior as emancipações, um cenário em que a família oligárquica dos Targino Maranhão de Araruna, na eleição para prefeito no ano de 1963, não conseguiram obter êxito em sua campanha e foram derrotados pelo candidato da “oposição” que, por sua vez, também era pertencente a família e ao mesmo grupo político dos Targino Maranhão.

Em 1959, ocorreu a primeira eleição em Tacima, no mesmo ano em que a cidade se emancipou. O primeiro prefeito eleito do município foi Targino Pereira da Costa Neto, que era originário de Araruna. Em Tacima, a influência do clã Targino Maranhão, que ascendeu ao poder com a vitória de José Targino Maranhão como deputado estadual em 1954 e a vitória de Benjamin Gomes Maranhão na prefeitura de Araruna em 1956, era menor do que a exercida pela família no município de Cacimba de Dentro. Há de salientar que tanto Benjamin Gomes Maranhão e o filho, José Targino Maranhão, participavam de comícios da oposição em Tacima, onde apoiaram a candidatura de Tercílio Texeira da Cruz, que foi derrotado

justamente na primeira eleição do novo município, por Targino Pereira da Costa Neto, adversário da família em Araruna, sendo assim o primeiro prefeito de Tacima.

Logo, iniciava-se uma disputa pelo poder político e comando territorial entre Targino Pereira da Costa Neto e Benjamin Gomes Maranhão (Figuras 3 e 4), disputa essa que refletia a dinâmica política e territorial da região de Araruna e seus recém-criados municípios, a partir de seu território primogênito, especialmente na busca de diferentes grupos e famílias na consolidação de domínios políticos. Principalmente, através do exercício do poder por diversas maneiras, desde o controle direto sobre instituições locais até o financiamento de campanhas políticas e o estabelecimento de alianças estratégicas com outras elites locais.

**Figura 3** – Targino Pereira da Costa Neto



**Fonte:** Wellington Rafael da Silva, entre 1950 e 1959.

**Figura 4** – Benjamin Gomes Maranhão



**Fonte:** Wellington Rafael da Silva, entre 1950 e 1959.

Ademais, Targino Pereira da Costa Neto foi eleito prefeito de Araruna no ano de 1963, após estar a frente da administração do município de Tacima/PB por um período de 3 (três) anos. O próprio Targino abdicou do cargo de prefeito de Tacima, com o intuito de concorrer a prefeitura de Araruna, município do qual Tacima tinha se emancipado e é vizinho, além de ser o berço natalício e de influência política de Targino. Acirrando-se, entre os dois líderes

políticos, mais do que nunca, uma relação de rivalidade e tensionamento, na busca de uma influência e controle político-territorial ainda maior no território de Araruna.

**Figura 5** - Resultado das eleições para prefeito no município de Araruna referente ao ano de 1963

 <b>Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba</b> <b>Eleições 1963 - 1º Turno</b> <b>Resultado Municipal</b> <b>Cargo: Prefeito</b> <b>Município: Araruna</b>					
Nº	Candidato	Partido / Coligação	Votação	% Válidos	Situação
	Targino Pereira da Costa Neto	PDC	1.288	51,96 %	Eleito
	Benjamin Gomes Maranhão	PTB	1.191	48,04 %	Não Eleito
	Votos Nulos		32		
	Votos Brancos		21		
	<b>Total apurado</b>		<b>2.532</b>		
	<b>Eleitorado</b>		<b>3.085</b>		
	<b>Abstenção</b>		<b>553</b>	<b>17,93 %</b>	

**Legenda:**  
 PTB - Partido Trabalhista Brasileiro  
 PDC - Partido Democrata Cristão

**Fonte:** TRE da Paraíba online, 2023.

Apesar de jovem, Targino Pereira da Costa Neto caracterizava um grupo político consolidado e forte na região, destoando com a idade do líder político Benjamin Gomes Maranhão, que era mais idoso, porém muito intenso e enérgico. Sendo assim, independente da origem do mesmo parentesco familiar e grupo político, sucedeu-se desde o período o “Racha dos Targino” no ano de 1955. Conforme o motivo do “racha”, Lucena afirma:

O quadro político estava marcado pela cisão dentro da família Targino. De um lado, o Dr. José Targino queria o genro Celso Novais, então prefeito do município, como candidato a deputado estadual nas eleições daquele ano; do outro lado, seu primo, Benjamim Maranhão queria o filho, José Targino Maranhão, na condição de candidato. Passadas as eleições, o que se viu foi a esmagadora vitória do segmento familiar Targino Maranhão que sepultou a hegemonia de mais de trinta anos do ex-governador José Targino, [...]. Era um ramo familiar dos Targino cedendo o bastão para outro ramo Targino Maranhão (Lucena, 2004. p. 101).

A referida eleição foi de grande relevância para a transformação do contexto político que reinava Araruna, pois o adversário superado nas eleições era um líder político de grande força e poder no município, conseguindo estabelecer um domínio hegemônico que foi interrompido. Benjamin Gomes Maranhão foi prefeito de Araruna entre os anos de 1956 e 1959, conseguindo também eleger seu sucessor Alfredo Barela (1960-1963) e, ao fim do mandato do seu sucessor, tentava seu regresso a prefeitura de Araruna, porém não conseguiu um novo retorno ao posto de prefeito no município.

É nessa conjuntura que acontece a migração do líder Benjamin Gomes Maranhão ao território de Cacimba de Dentro, emancipado através da Lei estadual 2.138 de 8 de junho de

1959, de autoria do então deputado estadual José Targino Maranhão, que por sua vez, era filho do líder político Benjamin Gomes Maranhão; dessa forma, concorrendo as eleições em Cacimba de Dentro, como ilustra a (Figura 06), visto que, após a derrota em Araruna dos Targino Maranhão na eleição referente ao poder do executivo municipal, a família sente a necessidade de ocupar o controle político de novas municipalidades, no intuito de gerar novas disputas e novos controles de poder, abrindo novos espaços para a ocupação de grupos políticos tradicionais, que se revezem no poder local.

**Figura 6** - Resultado das eleições para prefeito no município de Cacimba de Dentro referente ao ano de 1964

 <b>Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba</b> <i>Eleições 1964 - 1º Turno</i> <b>Resultado Municipal</b> <b>Cargo: Prefeito</b> <b>Município: Cacimba de Dentro</b>					
Nº	Candidato	Partido / Coligação	Votação	% Válidos	Situação
	Benjamin Gomes Maranhão	PTB/PSD	1.013	65,23 %	Eleito
	Mário Pequeno de Moura	UDN	540	34,77 %	Não Eleito
	<b>Total apurado</b>		<b>1.553</b>		

**Legenda:**  
 PTB/PSD - Coligação PTB/PSD  
 UDN - União Democrática Nacional

**Fonte:** TRE da Paraíba online, 2023.

Verifica-se que era de total interesse o controle da família Targino Maranhão em um novo território emancipado recentemente, por um representante da família, nesse caso o deputado estadual a época José Targino Maranhão, para, assim, manter seu poder, controle territorial em conjunto com uma forte influência e presença política na região.

Nesse contexto, é notório o domínio da presença política e territorial da família Targino Maranhão sendo exercida nesse período, pois com a derrota nas eleições de 1963 para prefeito em Araruna, sendo encabeçado pelo líder Benjamin Gomes Maranhão, no ano seguinte, em 1964, na segunda eleição do município de Cacimba de Dentro para prefeito, o mesmo líder se elegeu com grande diferença de votos, sendo assim exposto todo prestígio que essa família perpetrou sobre esse território durante décadas. Logo, o território fragmentado conduziu-se em função do usufruto de grupos políticos locais, normatizando as decisões das elites políticas, tanto a revelia do seu custo político e econômico para o Estado e a sociedade, desenvolvendo e configurando determinados territórios.

As “regiões políticas” delimitadas por interesses político-administrativos, se não são significativas de um tipo específico de identidade territorial, são importantes por revelar condições e situações particulares de relações entre espaço e política num plano mais geral, e relações entre poder central e território, num plano mais restrito (Castro, 1992, p. 34).

Isso significa que as regiões políticas não se baseiam necessariamente em aspectos geográficos ou culturais que definem uma identidade territorial única. Em vez disso, elas são criadas com base em considerações políticas e administrativas, muitas vezes para fins de governança e administração pública. Essas delimitações podem ser importantes para entender como o poder é distribuído e exercido em diferentes áreas, bem como as relações entre o governo central e as jurisdições locais ou regionais.

O segundo momento de fragmentação territorial do município de Araruna ocorreu quando o então ex-distrito de Araruna, Riachão/PB, consegue sua emancipação através da Lei estadual nº 5.888 de 29 de abril de 1994, proporcionada pelo Sr. Ernany Gomes de Moura, que, na condição de deputado estadual, foi o autor do projeto da emancipação política em questão. Vale ressaltar que a emancipação de Riachão ocorre em um cenário novamente emancipacionista em todo país, onde foram criados cerca de mil novos municípios, logo após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Constatamos através da (Figura 7) o segundo momento de desmembramento do território ararunense.

**Figura 7** – Segundo momento de fragmentação territorial no município de Araruna



Fonte: Danilo de Oliveira Silva, 2023.

Consequentemente, verificou-se mais um processo de desmembramento territorial no município de Araruna, proporcionando, desta vez, a emancipação e delimitação do território do município de Riachão, cujo mesmo, teve sua consolidação política-administrativa através das ações de personagens de grande influência não só no território fragmentado, mas, também, a nível estadual.

Em 1981 através da lei 4.265, Riachão elevou-se ao posto de distrito, pertencente à Araruna, em face da intervenção do Sr. Des. Leôncio Teixeira Câmara, cidadão originário desse território que, na ocasião, já era membro do Conselho de Magistratura Paraibana, sendo iniciado por seu intermédio, os trâmites legais do processo e a mobilização junto a outros atores locais, a exemplo do representante político local, o Sr. Manuel Viana Sobrinho e regional, através do Sr. Afrânio Bezerra Cavalcante, representante da Assembléia Legislativa da Paraíba, que se constituía em liderança política regional (Cunha, 2011, p. 94).

Os referidos atores políticos desempenharam papéis cruciais na concretização e oficialização do projeto de elevação de Riachão à categoria política de distrito. Com a oficialização de Riachão, como distrito de Araruna, o território passou a receber alguns serviços, pois começaram a ser implantados em Riachão um Cartório de Registro Civil e óbitos, uma subdelegacia de polícia, entre outros. No entanto, essas medidas se mostraram insuficientes, dada as inúmeras necessidades vivenciadas pela população do distrito. Sendo assim, posteriormente os habitantes de Riachão em conjunto com autoridades locais, que detinham também influência em Araruna, passaram a tomar providências.

Dessa forma, foram concluídos os projetos de desmembramento do distrito em relação à Araruna, na busca de um território autônomo e emancipado, que de acordo com a legalidade burocrática deveriam ser apresentados por um deputado da Assembleia Legislativa da Paraíba. Destarte, contataram lideranças políticas da região, as quais apresentaram, legalmente, as proposições, sendo a de Riachão, encaminhadas pelo Sr. Ernany Gomes de Moura, o qual também foi o primeiro prefeito eleito do município de Riachão. Logo, em 29 de abril de 1994, Riachão adquiriu politicamente e administrativamente a condição de município, tornando-se, portanto, uma nova entidade municipal.

Durante várias décadas, o então distrito pertencente ao município de Araruna, Riachão, era conhecido por ter uma orientação política contrária ao grupo liderado pelos Targino Maranhão na esfera local. No entanto, durante o processo de emancipação do município de Riachão, nota-se como tanto a ex-prefeita, Wilma Targino Maranhão Pedrosa (1976-1982; 1988-1992; 2008-2012; 2012-2016) quanto o prefeito eleito à época, Nivaldo Isidro Alves (1992-1996), que contava com o apoio da família Targino Maranhão,

desempenharam um papel crucial ao adotarem uma abordagem pacífica e de contribuição no processo de emancipação do ex-distrito de Araruna.

Assim sendo, percebeu-se que a emancipação de Riachão representava um projeto que fortaleceria ainda mais a hegemonia política do grupo Targino Maranhão na região e um objetivo político consolidado em Araruna, pois a emancipação de Riachão significaria não apenas a remoção de votos contrários nas eleições de Araruna advindos do distrito, mas, também, a eliminação de uma fonte de oposição que frequentemente influenciava negativamente os resultados eleitorais no município em favor do grupo dos Targino Maranhão. Portanto, a emancipação de Riachão se revelou estrategicamente vantajosa para consolidação do poder político do grupo regionalmente, como também no âmbito local, ou seja, em Araruna.

Além disso, é importante ressaltar que em 1994, o governador do estado da Paraíba era Cícero Lucena, que adotou uma política que levou à emancipação de diversos municípios na Paraíba. Nesse contexto, a família Targino Maranhão estava com sua influência e poder consolidada na sua região de atuação política, especialmente nos municípios que conquistaram a autonomia graças a projetos de lei elaborados por José Targino Maranhão em 1959, sendo estes Tacima e Cacimba de Dentro, ou pela colaboração para o processo de fragmentação territorial de Araruna, como o caso de Riachão.

Com o aumento da influência política do então deputado federal José Targino Maranhão a nível estadual, o mesmo obteve seu nome como o escolhido, para candidato a vice-governador do estado da Paraíba, nas eleições de 1994, na chapa que elegeu Antônio Mariz ao posto de governador do estado. Posteriormente, José Targino Maranhão assumiu o cargo de governador do estado em 1995, devido ao falecimento do titular. Esse período marcou o auge de ascensão política da família Targino Maranhão na Paraíba.

Sob a orientação dos interesses políticos estaduais e com a supervisão das Assembleias Legislativas dos estados, ocorreu a criação de numerosos novos municípios em todo o Brasil. No estado da Paraíba, por exemplo, durante a década de 1990, foram criados 52 novos municípios, direcionados pela cooperação da Legislação Estadual, estabelecida pela Lei Complementar n° 24/1990, que em seu Art. 2°, determina os critérios a serem exercidos no que refere-se a criação de novos municípios:

Art. 2° - Nenhum município será criado ou desmembrado sem que sejam obedecidos, na respectiva área, os seguintes requisitos:

I – população estimada superior a dois mil habitantes;

II – eleitorado não inferior a um terço da população;

III – centro urbano já constituído, com número de casas superior a cento e vinte, Cartório de Registro Civil, sub-delegacia de policia, Posto telefônico, Posto Médico e Seção Eleitoral (Paraíba, 1990, p. 01 apud Cunha, 2011, p. 82).

Dessa forma, para regulamentar as políticas de desmembramento territorial, todos os estados da federação foram obrigados a elaborar legislação específica. Essas leis estaduais estabeleceram os critérios e procedimentos para a criação de novos municípios, levando em consideração fatores como população, viabilidade financeira e territorial, entre outros. Logo, Cataia (2001, p. 118) afirma que,

[...] de maneira geral não há, para o conjunto do território brasileiro, uma mesma dinâmica na criação de novos municípios; cada estado por suas peculiaridades político-territoriais, e porque o Brasil, é um conjunto federativo, produzindo à sua maneira o seu território. Cada compartimento político produz normas e legislações distintas para o uso do seu território.

Sendo assim, com a abertura política e as mudanças introduzidas pela Constituição Federal de 1988, o Brasil testemunhou um ressurgimento no processo de criação de novos municípios. A Constituição de 1988 reconfigurou a posição dos municípios no pacto federativo e concedeu maior autonomia e poder político a eles. Como resultado, os estados passaram a ter um papel fundamental na gestão desse processo de criação de novos municípios.

Ademais, a promulgação da Constituição de 1988 marcou não apenas uma mudança na estrutura do pacto federativo mas, também, um momento de grande mobilização da sociedade em busca de conquistas democráticas e mudanças na relação entre o Estado e a sociedade civil como um todo. Essa Constituição trouxe um conjunto de direitos e garantias fundamentais, bem como novos mecanismos de participação popular. Esse processo de criação de municípios refletiu a descentralização do poder político e administrativo, permitindo uma gestão mais próxima das necessidades locais e o fortalecimento da democracia ao nível municipal.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O território, não é apenas uma extensão geográfica, mas sim um espaço dinâmico e socialmente construído. Ele é moldado e influenciado pelas ações políticas, econômicas e sociais das pessoas e grupos que o habitam. As decisões sobre como o território é organizado, usado e distribuído refletem as relações de poder e as escolhas políticas feitas pela sociedade. Dessa forma, é importante compreender que o território não é estático, mas sim um campo em constante evolução, sujeito a mudanças e reorganizações ao longo do tempo. Assim sendo, reconhecer essas dinâmicas é fundamental para entender como as sociedades se organizam e como as decisões políticas e o exercício do poder afetam a vida das pessoas em um determinado território.

Nessa perspectiva, as medidas sobre o uso, o desenvolvimento e a gestão do território não ocorrem em um vácuo neutro, mas são moldadas e influenciadas pelas dinâmicas de poder que permeiam a sociedade. Ademais, a interação entre política, poder e território desempenha um papel central na organização da sociedade e no funcionamento dos sistemas políticos. O território, em sua dimensão geográfica, transcende a mera geografia física, pois se converte em um cenário onde as atividades políticas se desenrolam.

Assim sendo, destaca-se na presente pesquisa o papel da fragmentação territorial como um fenômeno que perpetua processos de apropriação e domínio em um território específico de determinados grupos políticos, com o objetivo de abranger ou manter seu poder. Vale ressaltar que essa relação entre poder e território remonta à história humana, desde os tempos nômades, quando as pessoas estabeleceram territórios para sua fixação e controle. Esse processo de divisão do território remonta-se a raízes históricas e está relacionado à busca pela perpetuação do poder dentro de uma região delimitada.

Conseguimos analisar, também, como famílias tradicionais que obtém grande influência em suas áreas de residência e de atuação política conseguem exercer um controle significativo nesses territórios, principalmente quando se utilizam de fatores preponderantes como seus poderes econômicos, políticos e sociais. Dessa maneira, estabelecendo domínios sobre o território, criando raízes profundas que são transmitidas de geração em geração. Logo, desenvolvendo-se práticas de perpetuação de poder e influência nos territórios de ação política de determinadas famílias, através da acumulação de capital político e o estabelecimento de redes de poder ao longo do tempo, podendo, assim, a influência dessas famílias muitas vezes se estender além dos limites do território local, afetando tanto a política regional como também a nacional.

É notório o destaque que se dá ao território municipal, no referente trabalho, relatando-o como uma entidade delimitada e apropriada, em um espaço onde as dinâmicas das disputas e convergências políticas se desdobram. A criação de municípios está intrinsicamente ligada à (re)produção das escalas de mando, ou seja, à estruturação do poder e da governança em níveis locais. Sendo assim, fundamental entender que a fragmentação municipal não é apenas um fenômeno de divisão administrativa, mas também uma forma de produção que serve como instrumento de domínio.

Dessa forma, se fez necessária a compreensão da formação política-territorial do município de Araruna no intuito de buscar entender como se promoveu a fragmentação territorial ocorrida no território do mesmo, que ocasionou a emancipação de novos municípios vizinhos, como, os municípios de Cacimba de Dentro, Tacima e Riachão. Municípios esses que obtiveram sua autonomia política e territorial em períodos emancipacionistas, tanto em nível de Brasil como também na Paraíba.

Ademais, expressando-se uma perspectiva na fragmentação do território de Araruna não apenas pelos aspectos institucionais, mas também pela forte influência de lideranças políticas, atuantes e de grande consolidação do poder no território local. Portanto, o transcorrer dessa pesquisa relata como a fragmentação ocorrida no território do município de Araruna foi proporcionada pelas lideranças políticas que obtinham o controle do território nos períodos das divisões político-administrativas do território ararunense.

A forte relação inerente entre o poder e o território são indissociáveis, pois ambos estão intrinsecamente ligados; quando destacado o processo de fragmentação territorial, observa-se, como concepção concreta de que todos os limites das fronteiras tornam-se mutáveis. Sendo assim, presentes as intencionalidades que atendem aos interesses políticos, principalmente pela manutenção das oligarquias estaduais e locais, na tentativa de perpetuar um grupo político coeso e permanente.

É possível constatar que até os dias atuais, a fragmentação ocorrida no município de Araruna continua a moldar as relações políticas e sociais na região. A criação dos municípios de Cacimba de Dentro, Tacima e Riachão proporcionou aos mesmos, se tornar entidades autônomas que trouxeram consigo uma série de impactos que perduram ao longo do tempo. Em termos políticos, as lideranças que desempenharam papéis cruciais durante os períodos de divisão administrativa mantiveram, em grande parte, sua influência na região.

Essas figuras políticas não apenas garantiram a emancipação dos novos municípios mas, também, continuaram a desempenhar um papel ativo na configuração do cenário político local. A consolidação do poder por meio das oligarquias estaduais e locais persiste, e a

manutenção dessas estruturas influencia diretamente nas dinâmicas políticas dos municípios envolvidos. No âmbito social, a fragmentação territorial também deixou marcas, criando identidades locais e estabelecendo dinâmicas socioeconômicas distintas entre os municípios envolvidos. A competição por recursos e investimentos, bem como a busca por autonomia administrativa, contribuíram para criação de relações complexas e, por vezes, competitivas entre as diferentes localidades na região.

Portanto, a fragmentação territorial em Araruna não é apenas um evento do passado, mas uma força contínua que influencia as interações políticas, sociais e econômicas na região até os dias atuais. A compreensão dessas relações é crucial para uma análise mais abrangente das dinâmicas territoriais e políticas que moldam a realidade desses municípios.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel C. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: Os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. A.; SILVEIRA, Maria L., **Território: globalização e fragmentação**. 4. ed. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1998, p. 213-220.
- ARENDDT, Hannah. **O que é política?** 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- BARBOSA, Jane Roberta de Assis. Formação territorial e oligarquias estaduais: notas sobre o uso desigual do território norte-rio-grandense. **Revista Interface** (Porto Nacional), v. 12, n. 12, p. 34-54, 2016.
- BEZERRA, J. A.; DE GÓIS, F. A. do M. Fragmentação e Gestão do Território no Sudoeste Potiguar: Portalegre-RN como fomento de poder para grupos locais. **Geografia Ensino & Pesquisa**, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 243–260, 2011.
- BRÍGIDO, Edimar Inocência. Michel Foucault: uma análise do poder. **Revista de Direito Econômicos Socioambiental**, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 56-75, jan./jun. 2013.
- CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CASTRO, Iná Elias de. **O mito da necessidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.
- CATAIA, M. Uso do território e federação: novos agentes e novos lugares: diálogos possíveis e participação política. **Revista Scripta Nova**, Barcelona, v. 14, n. 331, p. 2-16, ago. 2010.
- CATAIA, Márcio Antonio. **Território nacional e fronteiras internas: a fragmentação do território brasileiro**. 2001. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, 2001.
- CIGOLINI, Adilar Antonio. Território e criação de municípios: o significado teórico-político da compartimentação do espaço. **Raega – O espaço geográfico em análise**, [S. l.], v. 25, jul. 2012.
- CUNHA, Rosimeri de Lourdes E. **Compartimentação política do território: uma análise do processo no curimataú oriental paraibano**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN, Rio Grande do Norte, 2011.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 23. ed. São Paulo: Graal, 2004.
- FUINI, L. L. Território e Geografia no Brasil: uma revisão bibliográfica. **Formação (Online)**, [S. l.], v. 1, n. 21, 2014.
- GOMES, Rita de Cássia C. A fragmentação do território no Brasil e a representação das relações de poder: uma leitura a partir do Rio Grande do Norte. **Sociedade e Território**, Natal, v. 27, n. 1, p. 231-250, jan./jun. 2015.

GOTTMAN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, AGB-Campinas, v. 2, n. 3, p. 523-545, 2012.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. *Geo. UERJ* **Revista do Departamento de Geografia**, UERJ, Rio de Janeiro, n. 5, p. 7-19, 1999.

LEITE, Ramalho. **Gente do passado, fatos do presente**. João Pessoa: A União, 2016.

LUCENA, Humberto Fonsêca de. As Raízes do Ensino em Araruna. **FCJA**. João Pessoa, 2004.

LUCENA, Humberto Fonsêca de. **O velho mercado de Araruna e seus arredores**. Empório dos livros, João Pessoa. 1996.

MORAES, Antonio Carlos R. **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.

NUNES, Marcos Antônio. Criação de municípios no Brasil: motivações, vantagens e desvantagens. **Revista Espinhaço**, v. 6, n. 1, p. 11-20, 2017.

OLIVEIRA, N. M. de. Território: contributo sobre distintos olhares. **Revista Tocantinense de Geografia**, [S. l.], v. 9, n. 17, p. 43–62, 2020.

PEREIRA, J. J. B. J.; FRANCIOLI, F. A. de S. Materialismo histórico-dialético: contribuições para a teoria histórico-cultural e a pedagogia histórico-crítica. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 93–101, 2012.

PINTAUDI, S. M. Poder político e controle do espaço. **XIII Colóquio Internacional de Geocrítica**, 2014, Barcelona. El control de lo espacio e los espacios de control. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2014.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2007.

SANTOS, Milton. **O país distorcido**: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre o território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SILVA, Anieres Barbosa da. **Relações de poder, fragmentação e gestão do território no semi-árido nordestino**: um olhar sobre o Cariri Paraibano. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN, Rio Grande do Norte, 2006.

SILVA, João Márcio Palheta da. Poder, governo e território na sociedade contemporânea. **Série Estudos e ensaios: Ciências Sociais**, FRACSO/Brasil, jun. de 2009.

SILVA, Wellington Rafael da. **A ascensão e a dominação política da família Targino em Araruna no século XX**. 2018. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História). Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Guarabira, 2018.

SILVA, Wellington Rafael da. **Análise das transformações do espaço urbano na cidade de Araruna – PB, da fundação do povoado a 1967**. 2012. Monografia (Especialização em Geografia). Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Guarabira, 2012.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba – (TRE). **Eleições para prefeito 1963**, Araruna. Paraíba, 2023. Disponível em: <<https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/e/resultados-de-eleicoes>>. Acesso em: 20 de out. 2023.

Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba – (TRE). **Eleições para prefeito 1964**, Cacimba de Dentro. Paraíba, 2023. Disponível em: <<https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/e/resultados-de-eleicoes>>. Acesso em: 20 de out. 2023.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva, **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2008.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Martin Claret, 2007.